

**GRUPO TOTAL ENERGIA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

## **GRUPO TOTAL ENERGIA**

### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

#### **CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores do  
Grupo Total Energia  
Goiânia - GO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Total Energia (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa combinados para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Total Energia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Grupo Total Energia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a empresa Total Comercializadora de Energia Ltda, única operacional até 31 de dezembro de 2017 e que, portanto, aferiu receitas, foi constituída em 2015 com subscrição de seu capital social mantido a integralizar até o exercício de 2017. Suas operações e atividades se iniciaram em março de 2017, fato pelo qual não há receitas e custos na demonstração do resultado e nos seus fluxos de caixa do exercício de 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos. Também em função do exposto, não há saldos no total do patrimônio líquido para a posição inicial em 31 de dezembro de 2015 apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Adicionalmente, o resultado e fluxos de caixa para 31 de dezembro de 2017 contemplam somente o período de 10 meses. Nossa opinião não contém ressalva sobre o assunto.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Continuação)**

### **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis**

A Administração do Grupo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções, quando identificadas, podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Continuação)

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa, chamaremos atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluiremos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 09 de agosto de 2018.



**Otaniel Júnior Martins Rosa**  
Contador CRC GO - 013.972/O-3



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S**  
CRC GO - 002.338/O-8

## Grupo Total Energia

### Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.436.067	477
Contas a receber	4	3.358.513	-
Outros Créditos	-	2.494	-
Impostos a recuperar	-	5.629	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.802.703</b>	<b>477</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes Relacionadas	5.1	3.170.983	401.153
Imobilizado	6	252.810	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.423.793</b>	<b>401.153</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.226.496</b>	<b>401.630</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis combinadas

## Grupo Total Energia

### Balancos patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e outras contas a pagar	7	3.358.554	9.238
Obrigações sociais e tributárias	8	1.069.054	-
Juros sobre o capital próprio	-	239.887	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>4.667.495</u>	<u>9.238</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Partes relacionadas	5.2	651.216	500.868
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>651.216</u>	<u>500.868</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	10.a	1.041.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.c	2.962.036	-
Lucros (prejuízos) acumulados		904.749	(108.476)
		<u>4.907.785</u>	<u>(108.476)</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>10.226.496</u></u>	<u><u>401.630</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis combinadas

## Grupo Total Energia

### Demonstrações do resultado combinado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	11	28.428.757	-
Custos na venda de energia	12	(25.445.670)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.983.087</b>	<b>-</b>
<b>(Despesas)/ receitas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	13	(1.193.733)	(17.116)
Despesas tributárias		(2.182)	-
		<b>(1.195.915)</b>	<b>(17.116)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>1.787.172</b>	<b>(17.116)</b>
Receita financeira	14	27.972	-
Despesas financeiras	14	(12.325)	-
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>		<b>1.802.819</b>	<b>(17.116)</b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(507.374)	-
<b>Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício</b>		<b>1.295.445</b>	<b>(17.116)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis combinadas

## Grupo Total Energia

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		-	-	(91.360)	(91.360)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(17.116)	(17.116)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		-	-	(108.476)	(108.476)
Integralização de capital	-	1.041.000			1.041.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.295.445	1.295.445
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(282.220)	(282.220)
Aporte de Capital	10.c	-	2.962.036	-	2.962.036
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.041.000</b>	<b>2.962.036</b>	<b>904.749</b>	<b>4.907.785</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis combinadas

## Grupo Total Energia

### Demonstrações dos fluxos de caixa combinados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.295.445	(17.116)
<b>Receitas que não afetam o caixa</b>		
Depreciações/ amortizações	10.243	-
<b>Decréscimo/ (acrécimo) em ativos</b>		
Contas a receber	(3.358.513)	
Outros Créditos	(2.494)	-
Impostos a recuperar	(5.629)	-
<b>(Decréscimo)/ acréscimo em passivos</b>		
Fornecedores	3.349.316	9.238
Obrigações tributárias e trabalhistas	1.026.721	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u><b>2.315.089</b></u>	<u><b>(7.878)</b></u>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Acrécimo de imobilizado	(263.053)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u><b>(263.053)</b></u>	<u><b>-</b></u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	(2.619.482)	8.355
Aporte capital	4.003.036	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u><b>1.383.554</b></u>	<u><b>8.355</b></u>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>3.435.590</b></u>	<u><b>477</b></u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	477	-
No final do exercício	3.436.067	477
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>3.435.590</b></u>	<u><b>477</b></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis combinadas

## Notas explicativas às demonstrações contábeis combinadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Pacto Energia (“Grupo”) atua no Brasil, por meio do empresas, oferecendo um amplo leque de produtos e serviços no mercado brasileiro de energia elétrica.

O Grupo é composto pelas seguintes empresas:

- **Total Comercializadora de Energia Ltda. (Total Comercializadora ou Companhia).**  
Única das empresas do Grupo atualmente operacional (comprando e vendendo energia desde março de 2017), foi constituída em 09 de Setembro de 2015, com sede na Cidade de Goiânia / GO, e tem como atividades: i) a comercialização de energia elétrica, compra e venda, atuando como agente comercializador, nos termos da resolução 265 de 13 de agosto de 1998 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; ii) importação e exportação de energia elétrica, também nos termos da resolução 265/98 da Aneel e; iii) prestação de serviços de consultoria, representação de agentes, intermediação de compra e venda de energia elétrica, gás natural, tanto no mercado interno, bem como na importação e exportação;
- **Total Eólica Participações Ltda. (Total Eólica ou Empresa).**  
Foi constituída em 10 de outubro de 2014, com sede na Cidade de Goiânia / GO, e tem como atividades: i) a participação em capitais próprios em outras sociedades empresárias nas áreas de geração, transmissão e comercialização; ii) produção, geração distribuição e comercialização de energia e; iii) a comercialização no atacado de energia elétrica;
- **Total Geração Distribuída S.A. (Total GD ou Companhia).**  
Foi constituída em 05 de outubro de 2016, com sede na Cidade de Goiânia / GO, e tem como atividades o desenvolvimento, venda, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaico, eólico, hidrelétrico e de biomassa, com potência abaixo de 5MW (cinco megawatts);
- **Total Esco S.A. (Total Esco ou Companhia).**  
Foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede na Cidade de Aparecida de Goiânia / GO, e tem como atividades: i) medição de consumo de energia elétrica, gás e água, venda de produtos e prestação de serviços referentes a projetos de eficiência energética, e de consumo de água e gás e; ii) aluguel de outras máquinas e equipamentos industriais;
- **Total Indústria S.A. (Total Indústria ou Companhia).**  
Foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede na Cidade de Aparecida de Goiânia / GO, e tem como atividades: i) fabricação de aparelhos, módulos, painéis de comando de usinas e equipamentos para geração, distribuição e controle de energia Fotovoltaicos; ii) fabricação de inversores; iii) fabricação de estruturas metálicas, motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários; iv) fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos; v) fabricação de geradores de corrente contínua e alternada e; vi) comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial;
- **3 F Capital S.A. (3 F ou Companhia).**  
Foi constituída em 21 de junho de 2017, com sede na Cidade de Goiânia / GO, e tem como atividades a participação em outras sociedades como sócia ou acionistas;

## 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis combinadas

As demonstrações contábeis combinadas do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementados por normas específicas aprovadas para o setor energético pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As demonstrações contábeis combinadas estão apresentadas para fornecimento de análises adicionais sobre as operações do Grupo, e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas das Sociedades combinadas, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou análise de rentabilidade ou sobre performance.

As demonstrações contábeis do Grupo foram aprovadas pela Administração em 08 de agosto de 2018.

Essas demonstrações contábeis combinadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.2. Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das empresas participantes da combinação, bem como eliminados os saldos resultantes de operações realizadas entre as empresas, incluídas na combinação.

As demonstrações contábeis combinadas incluem as operações das empresas citadas na nota explicativa nº 01 consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.1, cujos montantes na data do balanço são resumidos como segue:

Nome empresa	Ativo Total		Patrimônio Líquido	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total Comercializadora de Energia Ltda	8.664.670	477	4.007.503	(391)
Total Eólica Participações Ltda	409.075	401.153	(102.739)	(108.085)
Total Geração Distribuída S.A.	10.000	-	(11.125)	-
Total Esco S.A.	10.000	-	6.990	-
Total Indústria S.A.	131.751	-	6.156	-
3 F Capital S.A.	4.263.116	-	2.963.036	-

### 2.3. Principais práticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos, nos casos dos investimentos financeiros, dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

## **b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

## **c) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **d) Avaliação do valor recuperável dos ativos**

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realiza-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

## **e) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do trimestre/exercício.

O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Quando aplicável, o Grupo reconhece o imposto diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social. Os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

#### **f) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros para negociação; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (3) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

#### **Ativos financeiros**

##### **1) Ativos financeiros para negociação**

Quando aplicável, os ativos financeiros para negociação, são classificados nessa categoria, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. O Grupo não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

##### **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. O Grupo não possuía instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

##### **3) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. O Grupo não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

## **Passivos financeiros**

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias incorridas até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

## **Método da taxa efetiva de juros**

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

## **g) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. O Grupo não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste ao valor presente.

## **i) Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida quando todos os riscos e benefícios são transferidos ao comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

## **2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 2.1, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

### **a) Reconhecimento da receita de vendas**

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de energia e, em particular, se a Empresa havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade da energia vendida (momento da entrega da energia, independente do faturamento fiscal), considerando os casos em que há previsibilidade de ajustes por parte do regulador no valor definido contratualmente após cálculo e aprovação dos montantes.

### **b) Provisões para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa. As provisões julgadas pelos advogados como de perdas possíveis são divulgadas em notas.

## **2.5. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis e ainda não adotadas**

Embora a adoção antecipada seja permitida, o Grupo não adotou as IFRS's novas e abaixo relacionadas. Essas normas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Administração entende que não terão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);

- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers). Em novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento “CPC 47– Receitas de Contratos com Clientes” (IFRS 15) que estabeleceu novos critérios de reconhecimento de receita baseado, principalmente, na transferência de controle de um bem ou serviço. Esta avaliação, segundo os critérios da norma, irá determinar como uma entidade deverá reconhecer as receitas de um contrato de venda de unidades imobiliárias, se num momento específico ou ao longo do tempo. Entidades do setor imobiliário em conjunto com o CPC apresentaram ao IFRIC (entidade do IASB), no final de 2017, sua interpretação sobre a aplicação da norma frente aos modelos de contratos aplicados no Brasil. Ainda não houve resposta do IFRIC sobre este tema. Desta forma, a Sociedade aguarda a conclusão do tema para mensurar, caso aplicável, eventual impacto da aplicação da norma em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil - A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019 e o Sociedade está avaliando os impactos de sua adoção;
- IFRS 10 (a ser determinada a aplicação) – Coligada ou “Joint Venture”

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras.:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários e caixa	228.867	477
Aplicações financeiras (a)	3.207.200	-
<b>Total</b>	<b>3.436.067</b>	<b>477</b>

(a) As aplicações financeiras em 31/12/2017 referem-se a investimentos em fundos de investimentos referenciado ao depósito interbancário (DI), tem liquidez imediata e são remuneradas pela taxa entre 80% e 105% do CDI.

### 4. CONTAS A RECEBER

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Energia medida/entregue a faturar	3.358.513	-
<b>Total</b>	<b>3.358.513</b>	<b>-</b>

A energia comercializada é entregue/consumida durante o mês, no entanto, o faturamento (emissão da nota fiscal) é realizada no início do mês seguinte. Desta forma, o contas a receber em dezembro de 2017 corresponde a energia gerada/entregue no mês de dezembro de 2017, cujo emissão da nota fiscal ocorreu no início de janeiro de 2018. O custo com aquisição desta energia tem o mesmo tratamento, sendo a provisão a pagar registrada no passivo circulante, conforme nota explicativa 7 em contrapartida ao custo no resultado do exercício.

## 5. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 5.1. Partes relacionadas

Descrição – ativo	31/12/2017	31/12/2016
Rodrigo Ferreira Fonsêca Pedroso (a)	1.000.000	-
Antecipação de distribuição de lucros (acionistas)	300.000	-
Total Solar Participações S.A.	456.803	-
Total Solar Participações S.A. (b)	1.000.000	-
Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.	414.180	411.153
<b>Total</b>	<b>3.170.983</b>	<b>411.153</b>

(a) Valor adiantado pela 3F Capital S.A. para aquisição de 100% da participação junto a Total Comercializadora Ltda., cujo ato societário foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás em 14 de março de 2018;

(b) Valor referente a antecipação para reembolso de projetos de energia solar;

### 5.2. Partes relacionadas

Descrição – passivo	31/12/2017	31/12/2016
Rodrigo Pedroso Investimentos e Participações S.A.	132.424	868
Tecnomonte Montagens industriais (a)	500.000	500.000
Total Solar Participações S.A.	18.882	-
<b>Total</b>	<b>651.306</b>	<b>500.868</b>

(a) O respectivo valor é originário de contrato firmado em junho de 2016 com o objetivo de celebrar uma “corporate joint venture” com fito de realizar estudos e projetos relacionados à concessão de uso de potencial eólico e solar dos projetos UFV Solaris I, UFV Solaris II e os projetos do Complexo Serra do Mel, localizados nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. A corporate joint venture é vinculada à outorga emitida pela ANEEL de todas as autorizações de exploração das localidades;

## 6. IMOBILIZADO

Os detalhes do ativo imobilizado do Grupo estão demonstrados a seguir:

<b>Imobilizado em serviço (a)</b>	<b>Depreciação taxas de % - a.a.</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	120.587	-
Máquinas e equipamentos	10%	11.784	-
Móveis e utensílios	10%	120.439	-
<b>Total</b>		<b>252.810</b>	<b>-</b>

Movimentações no ativo imobilizado 2017

<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldos em 31/12/2017</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	120.587	-	120.587
Máquinas e equipamentos	-	11.984	(200)	11.784
Móveis e utensílios	-	130.482	(10.043)	120.439
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>263.053</b>	<b>(10.243)</b>	<b>252.810</b>

## 7. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Compra de energia a faturar (a)	3.302.118	-
Fornecedores	56.129	9.238
Outras contas a pagar	307	-
<b>Total</b>	<b>3.358.554</b>	<b>9.238</b>

Conforme nota explicativa 4, o respectivo valor refere-se a energia comprada e vendida no mês de dezembro de 2017, cuja a nota fiscal de aquisição foi emitida no início de janeiro de 2018, bem como o pagamento.

## 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
IRPJ	371.481	-
CSLL	135.893	-
PIS	34.300	-
COFINS	169.917	-
IRRF	42.333	-
Salários e encargos	19.329	-
Participação no resultado	294.583	-
Outros	1.218	-
<b>Total</b>	<b>1.069.054</b>	<b>-</b>

## 9. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não possuía nenhum processo judicial ajuizado contra ela de qualquer natureza.

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é representado em reais por:

#### Ano de 2017:

Sócio/Acionistas	Total Eólica	Total Comerc.	Total GD	Total indústria	Total Esco	3 F	Total
Rodrigo Ferreira Fonsêca Pedroso	100	999.000	-	-	-	400	<b>999.500</b>
Fernanda de Freitas Sales Pedroso	-	1.000	-	-	-	-	<b>1.000</b>
Rodrigo Pedroso Invest e Partic S.A.	9.900	-	-	-	-	-	<b>9.900</b>
Total Energia S.A.	-	-	10.000	10.000	10.000	-	<b>30.000</b>
Marcelo Macedo da Fonseca	-	-	-	-	-	400	<b>400</b>
Salberg Participações S.A.	-	-	-	-	-	200	<b>200</b>
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.041.000</b>

### b) Destinação do lucro

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, uma vez por ano, para aprovar as contas da Companhia e determinar a distribuição de lucros.

### c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Recurso recebido pelos sócios de forma irrevogável e irretratável e será utilizado para aumento de capital em 2018 pelas companhias a Total Comercializadora de Energia Ltda. e 3F Capital S.A.

## 11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita gerada exclusivamente da revenda de energia elétrica:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de venda de energia elétrica	25.372.546	-
Receita medida e não faturada de energia elétrica	3.358.513	-
( - ) PIS / COFINS (a)	(302.302)	-
<b>Total</b>	<b>28.428.757</b>	-

(a) PIS e COFINS não cumulativos calculados com base na alíquota de 1,65% e 7,6% respectivamente, sobre a base de cálculo da receita bruta de venda de energia descontados os créditos pela aquisição de energia.

## 12. CUSTOS PELA COMPRA DE ENERGIA

Representa exclusivamente os custos com compra de energia elétrica para comercialização.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Custo com compra de energia elétrica	(22.118.499)	-
Custo de energia comprada e não faturada	(3.302.118)	-
Outros custos	(25.053)	-
<b>Total</b>	<b>(25.445.670)</b>	<b>-</b>

## 13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Serviços prestados	(469.495)	-
Salários e encargos	(49.288)	-
Participação de lucros nos resultados	(294.583)	-
Serviços advocatícios	(46.700)	-
Despesas com viagens e estadias	(74.483)	-
Taxas e emolumentos	(26.317)	(391)
Aluguel e condomínio de imóveis	(89.610)	-
Outras	(143.257)	(16.725)
<b>Total</b>	<b>(1.193.733)</b>	<b>(17.116)</b>

## 14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	27.972	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>27.972</b>	<b>-</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
IR sobre aplicação financeira	(194)	-
IOF	(2.019)	-
Tarifas bancárias	(10.051)	-
Juros de mora	(17)	-
Juros bancários	(44)	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(12.325)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>15.647</b>	<b>-</b>

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.802.819	(17.116)
( - ) juros sobre o capital próprio	(282.220)	
(x) alíquota combinada	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	(517.004)	-
(-)Ajuste para refletir alíquota efetiva (lucro real trimestral)	(9.630)	-
<b>(=) Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(507.374)</b>	-
Alíquota efetiva	28,14%	-

## 16. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais e políticas

O Grupo contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração do Grupo.

### Aplicações financeiras

A Administração do Grupo elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

### b) Gestão de risco financeiro

#### Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela diretoria do Grupo, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

#### **b.1) Risco de mercado**

O Grupo está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

#### **b.2) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

#### **c) Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

### **17. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 14 de março de 2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás, instrumento de alteração contratual contendo as seguintes alterações na Total Comercializadora.

#### **a) Alteração/ingresso de sócios**

Os sócios Rodrigo Ferreira Fonsêca Pedroso e Fernanda de Freitas Sales Pedroso transferem a totalidade de suas respectivas quotas (1.000.000 quotas) para a sócia ingressante 3F Capital S.A..

#### **b) Aumento de Capital**

O Capital social é aumentado pelo único sócio neste ato de R\$1.000.000 para R\$5.000.000, representado por 5.000.000 (cinco milhões) de quotas de R\$1,00 (um real) cada.

#### **c) Transformação de Tipo Jurídico e Alteração da Denominação Social**

Transformação de Sociedade Limitada em uma Sociedade Anônima Fechada e passa a adotar a denominação social de Total Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.

\* \* \*